

Textos e atividades sobre filosofia da religião

Tarefas	1
Questões	1
Proposta de redação	2
Crítica ao argumento da causa primeira	2
Há boas razões para acreditar que Deus existe?	3
O grande experimento da prece	13
O argumento das escrituras	17
O argumento da “experiência” pessoal	21
Mesmo que a teoria da evolução não estivesse correta, isso não prova que Deus existe	27

Tarefas

Questões

1. Leia o texto *Há boas razões para acreditar que Deus existe?* Escolha um dos argumentos apresentados no texto para justificar a existência de Deus e faça uma paráfrase desse argumento e, dependendo de sua opinião, faça uma crítica ao argumento ou uma crítica à crítica apresentada pelo autor do texto a esse argumento.

2. Leia o texto *O grande experimento da prece*. Explique como foi elaborado o experimento e quais suas conclusões. Você concorda com as conclusões? Explique sua opinião.
3. Leia o texto *O argumento da “experiência” pessoal*. Qual a principal tese do texto que leu? Quais as premissas usadas pelo autor para justificar essa tese? Você concorda com ela ou não? Faça uma crítica a essa tese ou explique porque você concorda.

Proposta de redação

Deus existe? Não existe? É possível saber?

Elabore uma dissertação discutindo o problema da existência de Deus. As questões acima são sugestões de teses que podem ser defendidas, e que foram defendidas em algum momento ou outro da história da filosofia. Porém, também é possível assumir posições diversas, que não estão presentes nessa lista.

Crítica ao argumento da causa primeira

Por Bertrand Russel

Talvez o mais simples e mais fácil de entender seja o argumento da Causa Primordial. (Defende-se que tudo o que vemos neste mundo tem uma causa e, à medida que retrocedermos cada vez mais na corrente de causas, chegaremos obrigatoriamente à Causa Primordial, e essa Causa Primordial recebe o nome de Deus.) Tal argumento, suponho, não tem muito peso nos dias de hoje, porque, em primeiro lugar, já não é mais o que era. Os filósofos e os homens de ciência têm estudado muito a causa, e ela já não tem nem de longe a vitalidade que tinha; mas, fora isso, dá para ver que o argumento de que obrigatoriamente existe uma Causa Primordial não pode ter nenhuma validade. Posso dizer que, quando eu era jovem e

debatia essas questões com muita seriedade em minha mente, durante muito tempo aceitei o argumento da Causa Primordial, até o dia em que, aos dezoito anos, li a autobiografia de John Stuart Mill e lá encontrei a seguinte frase: “Meu pai me ensinou que a pergunta ‘Quem me fez?’ não pode ser respondida, já que imediatamente sugere a pergunta seguinte ‘Quem fez Deus?’”. Essa frase extremamente simples me mostrou, como ainda penso, que o argumento da Causa Primordial é uma falácia. Se tudo precisa ter uma causa, então também Deus deve ter uma causa. Se é possível que exista qualquer coisa sem causa, isso tanto pode ser o mundo quanto Deus, de modo que não pode haver validação nesse argumento. Trata-se exatamente da mesma natureza da visão hinduísta de que o mundo repousava sobre um elefante, e que o elefante repousava sobre uma tartaruga; e quando alguém perguntava “Mas e a tartaruga?”, o indiano respondia: “Que tal mudarmos de assunto?”. O argumento, de fato, não é melhor do que isso.

Não há razão por que o mundo não possa ter passado a existir sem causa nenhuma; tampouco, por outro lado, existe qualquer razão que o impeça de ter sempre existido. Não há razão para supor que o mundo teve alguma espécie de início. A ideia de que as coisas precisam obrigatoriamente ter um início na verdade se deve à pobreza da nossa imaginação. Portanto, talvez eu não precise mais perder tempo com o argumento relativo à Causa Primordial.

Bertrand Russell. Por que não sou cristão e outros ensaios a respeito de religião e assuntos afins. Porto Alegre: L&PM, 2013.

Há boas razões para acreditar que Deus existe?

Por Howard Kahane

É racional acreditar na existência do Deus comum? Poderá apresentar-se uma boa razão ou um argumento irresistível a favor da sua existência? Alguns teístas dizem que não e baseiam a sua crença na fé, ou seja, acreditam sem provas ou razões.

Outros *teístas*, pelo contrário, pensam que se pode construir argumentos para provar que o Deus comum existe.

De fato, muitas espécies de razões foram apresentadas para acreditar em Deus (e as mesmas razões foram expostas para acreditar em deuses diferentes e incompatíveis). Algumas razões são facilmente classificadas de insatisfatórias. Por exemplo, o argumento de que Deus tem de existir porque em quase todas as sociedades as pessoas acreditam nele. A aceitação generalizada de uma crença não é, decerto, uma boa razão para a aceitar. Muitas crenças falsas são ou foram quase universais (por exemplo, a de que a Terra é plana). Mais ainda, apesar de a crença num deus ou noutra ser quase universal, não há um deus em que a maioria das pessoas acredite. Como poderia, por exemplo, o fato de algumas pessoas acreditarem num deus-crocodilo justificar a crença no Deus cristão? (Recorde-se que a grande maioria dos crentes *não* acredita no Deus cristão)

Falta de razões para acreditar no contrário

Alguns crentes, vendo que os *agnósticos* afirmam que não podemos provar que Deus não existe, seguem outra via. Argumentam que se não podemos provar que Deus não existe, então eles estão autorizados a acreditar que existe. Mas os ateus podem virar este argumento do avesso. Podem fazer notar que os agnósticos também afirmam que nós não podemos provar que Deus *existe*. Logo, se não podemos provar que Deus existe, estamos igualmente autorizados a acreditar que não existe. Um método de raciocínio que nos permite “provar” ambos os lados de uma disputa, não prova qualquer um deles. A ausência de prova do contrário não é uma boa razão para acreditar em alguma coisa.

Argumentos cosmológicos

Vários argumentos estreitamente relacionados para a existência de Deus baseiam-se na aparente necessidade de o universo como um todo ter uma causa. Parecem existir três possibilidades. Ou o universo começou a existir por si ou existiu desde sempre ou, então, foi trazido para a existência por alguma força ou ser extremamente poderoso. Geralmente, aqueles que acreditam em Deus acham incrível que o universo possa ter chegado à existência apenas por si e igualmente incrível que possa ter já existido durante uma quantidade infinita de tempo. Acreditam que um ser extremamente poderoso, Deus, o deve ter criado. Esta é uma das razões que as pessoas dão com mais frequência para acreditar em Deus.

Os argumentos que tentam provar que tem de haver um Deus porque tem de haver um criador do universo são chamados de provas cosmológicas da existência de Deus. Em geral são argumentos que tentam provar que tem de haver uma “primeira causa” de todo o universo — nomeadamente, Deus.

O Argumento da Primeira Causa

Os argumentos da primeira causa resultam das nossas observações quotidianas das causas que estão na origem das coisas ou acontecimentos da vida de todos os dias. Observamos, por exemplo, que colocar açúcar no café causa a doçura do seu gosto, que colocar água na planta causa o seu crescimento e que riscar um fósforo na presença de oxigénio o faz pegar fogo. No entanto, parece impossível explicar a existência de tudo em termos de causa e efeito, porque isso significaria que deveria haver uma série infinita (ou sem fim) de causas, o que parece impossível.

Eis uma maneira pela qual estas ideias têm sido usadas para argumentar a favor da existência de Deus:

1. Na vida de todos os dias, descobrimos que tanto os objectos como os acontecimentos são causados por outros (tal como o crescimento das plantas é provocado pela absorção de nutrientes).
2. Mas uma série infinita de causas desse tipo é impossível porque então não haveria uma primeira causa, e, portanto, não haveria uma segunda, terceira, etc.

3. ∴ Logo, tem de haver uma primeira causa: Deus.

Objecções ao argumento da Causa Primeira

Em termos aproximados, podemos dizer que um argumento só é conclusivo (deve persuadir-nos a aceitar a respectiva conclusão) se satisfizer duas condições:

1. As suas premissas são aceitáveis ou estão justificadas.
2. As suas premissas (justificadas) fornecem provas ou razões suficientes para justificar a aceitação da conclusão (neste caso o argumento é considerado válido).

Muitas pessoas que rejeitam o argumento da primeira causa acreditam que argumentos deste tipo (com frequência chamados de metafísicos) sofrem todos de um de dois defeitos: ou as suas premissas são tão inaceitáveis ou questionáveis quanto as suas conclusões; ou as respectivas conclusões não se seguem validamente das premissas. Por exemplo, uma objeção levantada contra o argumento da primeira causa é o de que a segunda premissa não é aceitável (quase todas as pessoas aceitam a sua primeira premissa). Os matemáticos em particular têm argumentado a favor da possibilidade de séries infinitas de eventos ou causas em termos técnicos e alguns filósofos têm aceitado o seu raciocínio.

Suponhamos, no entanto, que rejeitamos a ideia de que pode haver uma série infinita de causas, de tal modo que ambas as premissas do argumento da causa primeira se tornam aceitáveis. Apesar disso, o argumento não seria ainda *válido* e, portanto, a aceitação da sua conclusão também não se justificaria.

Em primeiro lugar, o argumento apenas provaria que cada série de causas tem uma causa primeira ou incausada, mas não prova que todas as causas sejam parte de uma série única de causas que tenha a única primeira causa, porque é possível que nem todas as causas sejam partes de uma série única de causas. Por outras palavras, o argumento provaria que há *uma ou mais* causas primeiras, mas não que exista apenas uma.

Em segundo lugar, apenas provaria, no melhor dos casos, que a *primeira causa* existe, não que essa primeira causa seja *Deus*. Em vez disso, a primeira causa poderia ter sido o Diabo (um candidato plausível, dada a natureza do universo). E mesmo que o argumento tivesse provado que a primeira causa tinha de ser um *deus*, não provaria que ele tivesse de ser *o* Deus (se for um crente) ou um deus que encaixasse na imagem comum que os cristãos, judeus ou muçulmanos têm de Deus. Poderia ser qualquer um dos milhares de deuses diferentes em que os seres humanos acreditam ou, talvez, um deus em que os seres humanos nunca tenham pensado. De fato, o argumento da primeira causa abre a possibilidade de que tenha existido um Deus que criou o universo (ou talvez muitos deuses), mas que agora *Deus está morto*.

Qual é a causa da existência de Deus?

Além das duas objeções que acabamos de levantar contra o argumento da primeira causa, há uma objeção geral a todas as espécies de provas cosmológicas da existência de Deus. Lembremos que a força do argumento cosmológico reside na ideia de que não é plausível pensar que o universo tenha começado a existir apenas por si mesmo. Por outras palavras, parece a muitos crentes que uma coisa tão grandiosa como o universo requer, como seu criador, um ser que seja pelo menos tão grandioso.

Mas esta linha de raciocínio põe-nos em apuros. Se um universo requer um deus para explicar a sua existência, o que explica a existência do próprio Deus? Da mesma maneira, ou Deus existiu desde sempre ou apenas apareceu ou então deve ter tido uma causa. No entanto, é tão implausível pensar que Deus sempre existiu ou que tenha simplesmente surgido, como pensar que também foi assim com o universo. O próprio raciocínio que nos leva a propor um deus como causa do universo deve levar-nos a propor um supradeus como causa de Deus. E, claro, o supradeus também precisa de uma causa, o suprasupradeus e assim infinitamente.

Portanto, sejam quais forem as voltas que dermos, o que obtemos no fim é igualmente implausível. É tão implausível um deus incausado como um universo

incausado, e é tão incrível uma série infinita de causas como uma série infinita de deuses.

Em resumo, podemos questionar as provas cosmológicas da existência de Deus de, pelo menos, três maneiras importantes. Primeiro, podemos questionar a ideia de que uma série infinita de causas não seja possível. Segundo, podemos questionar a validade da conclusão de que há apenas uma primeira causa e de que a primeira causa seja Deus. Terceiro, podemos defender que qualquer deus proposto como primeira causa para explicar o universo precisa tanto de uma causa como o próprio universo e, assim, o argumento, se provar a existência de um deus, provará a existência de uma série infinita de deuses.

Os argumentos cosmológicos tentam explicar a existência do universo postulando um criador. Outros argumentos concluem por um deus, não para explicar o universo como um todo mas apenas para explicar alguns dos seus aspectos, tais como a existência do bem ou o facto de o universo ser ordenado em vez de ser caótico.

O Argumento do Desígnio

O **Argumento do Desígnio** (também conhecido como **Argumento Teleológico**) parte do facto de que o universo comporta toda a espécie de padrões ou de regularidades, tão diferentes como os intrincados padrões dos flocos de neve, a lei da atracção universal e a maravilhosa complexidade do corpo humano. Algumas espécies de ordem (como, por exemplo, a ordem num mecanismo de um relógio de pulso ou na construção de uma represa por um castor) são explicadas pelo homem ou por outros animais. Mas muitas regularidades não podem ser explicadas dessa maneira; por exemplo, a ordem dos cristais ou a constância do ponto de fusão de cada uma das diferentes espécies de elementos. O argumento do desígnio postula

um deus para explicar essas espécies de ordem que não são explicadas de outra maneira. Eis uma versão do argumento do desígnio:

1. Há ordem no universo.
2. Mas a ordem não pode existir sem desígnio. (Isto é, sem um projetista).
3. ∴ Logo, tem de haver um projetista: Deus.

A força psicológica e apelativa do argumento é óbvia. A estonteante e maravilhosa complexidade de algo como o corpo humano parece exigir um projetista — um ser que calculou como funcionaria e depois o compôs. Nem a teoria da evolução satisfaz esta necessidade, dado que os detalhes de tais teorias dependem de leis da física e da química que, elas mesmas, exibem maravilhosas regularidades. No entanto, o argumento tem deficiências sérias ou mesmo fatais.

Objeções ao Argumento do Desígnio

A objeção mais óbvia é a de que, no melhor dos casos, o argumento do desígnio apenas prova que há um projetista e não um Deus comum, tal como o argumento da causa primeira apenas provaria que há uma primeira causa. O projetista, claro, não precisa ser um Deus comum; poderia muito bem ser o diabo, muitos deuses, outro deus ou, talvez, um deus já morto. Mas o argumento do desígnio nem sequer prova tanto porque a sua segunda premissa (a de que a ordem não poderia existir sem um ordenador) é duvidosa, para não dizer pior. Porquê assumir que a ordem não pode existir sem um organizador?

Afirma-se muitas vezes que podemos justificar a existência de um projectista por um método chamado *indução*. Verifica-se que muitas coisas que manifestam ordem (relógios de pulso, por exemplo) foram deliberadamente compostas por projetistas humanos ou animais. Já vimos muitos relógios que sabemos que são projetados por humanos mas nunca vimos um que, sendo investigado, provasse não ter sido projectado desse modo. Portanto, se agora descobrirmos um relógio de pulso na

areia de uma praia deserta, pressupomos (por indução) que também foi projetado por humanos.

Os flocos de neve, as leis da natureza e o corpo humano manifestam ordem (apesar de, claro, nunca termos visto um projetista, humano ou não, a projetá-los). Sabemos, claro, que os seres humanos (ou noutros animais) não podem tê-los ordenado, pelo que concluímos, por indução, algum organizador não-animal, nomeadamente Deus, deve tê-los feito assim.

Mas esta conclusão não está justificada. Quando concluímos por indução que o relógio de pulso encontrado na areia não se ajeitou sozinho ou que não apareceu completo por acidente, e que, portanto, teve de ter sido projetado por seres humanos, estamos seguros. O nosso argumento assemelha-se a isto:

1. Já foram observados muitos relógios de pulso, e todos os que foram examinados foram projectados por humanos.
2. ∴ Este relógio teve de ter sido projectado por seres humanos.

Podemos, inclusive, argumentar em termos mais gerais e, portanto, de uma maneira mais poderosa, assim:

1. Muitos dispositivos mecânicos foram já observados, e de todos os que foram examinados se concluiu que foram projetados por humanos.
2. ∴ Este dispositivo mecânico (que, por acaso, é um relógio de pulso) teve de ter sido projectado por seres humanos.

Veja-se agora quão mais geral um argumento teria de ser para nos levar até um projetista de flocos de neve, leis da natureza ou seres humanos:

1. Muitas das coisas organizadas têm sido observadas e de todas as que foram examinadas se concluiu que foram projetadas por humanos.

2. ∴ Esta coisa organizada (que, por acaso, é um floco de neve, uma lei da natureza ou um ser humano) teve de ter sido projetada por um projectista.

O argumento é claramente defeituoso porque a sua premissa é obviamente falsa. Há um grande número de coisas ordenadas para as quais não descobrimos um projetista ou um organizador — flocos de neve, arco-íris, cristais e seres humanos são algumas delas. (Se há um deus que projetou todas essas coisas, então, para observarmos o projectista de flocos de neve a trabalhar, teríamos de apanhar Deus no ato de os moldar a partir de H_2O , ou, talvez, de o apanhar no ato de criar as leis da física de que resulta que H_2O se compõe a si mesmo em flocos de neve).

O ponto é o de que as coisas que manifestam ordem parecem cair em duas classes distintas: aquelas que nós (ou outros animais) ordenamos; e aquelas que não ordenamos. Já verificamos e encontramos muitos itens da primeira classe que são projetados por humanos. Mas nunca encontramos um projetista para um só membro da segunda classe. Portanto, não estamos autorizados a concluir por indução que *toda* a ordem implica um organizador ou um projectista. Logo, o argumento pelo desígnio não pode ser apoiado pelo raciocínio indutivo. Se estamos prontos para o aceitar, tem de estar a fazê-lo sem razão, isto é, pela fé.

A aposta de Pascal

O grande matemático e filósofo francês, Blaise Pascal (1632-1662), argumentou a favor da existência de Deus de maneira algo diferente:

“Deus existe ou Deus não existe... Que apostarás tu? De acordo com a razão, não poderás fazer nem uma coisa nem outra; de acordo com a razão não poderás defender nenhuma das opções... mas tens de apostar. [E quanto à] tua felicidade? Pesemos ganhos e perdas apostando que Deus existe... Se ganhares (a aposta),

ganhas tudo; se perderes, não perdes coisa alguma. Aposta então, sem hesitação, que Ele existe.”

A base da aposta de Pascal parece ser esta: temos de apostar (acreditar) em que Deus existe ou em que Deus não existe. Se Deus não existe, aquilo em que apostarmos fará pouca diferença. Mas se existir, fazemos um grande negócio. Assim, a pessoa esperta ou sensata apostará (acreditará) que Deus existe.

Objeções à aposta de Pascal

Em primeiro lugar, Pascal está enganado na sua crença de que devemos apostar contra ou a favor da existência de Deus. Podemos optar por permanecer nas margens, como faz o agnóstico. Claro que nesse caso podemos perder o prêmio, se houver um prêmio, por termos apostado incorretamente. Mas Pascal não pode provar que há tal prêmio.

Em segundo lugar, a aposta não é tão simples como Pascal pensou porque há um número indefinido de possíveis criadores. O Deus cristão comum em quem Pascal apostou é apenas um deles. Assim, o número de possibilidades para apostar é muito maior do que duas e os jogadores racionais não têm a possibilidade de escolher mesmo que queiram escolher um Deus ou outro. Por outras palavras, se a aposta de Pascal faz sentido, será tão razoável apostar num deus-lua ou deus-sol como no Deus judeu, cristão ou muçulmano.

E, finalmente, não há prova ou razão para supor que ganhamos um prêmio se apostarmos no Deus que de fato exista. Porque não podemos pressupor sem razões que Deus recompense os crentes ou que puna os descrentes. (De fato, em última análise o próprio Pascal apelou à revelação ou fé). Pelo contrário, as intuições de muitos de nós dizem precisamente o contrário talvez porque quando nos tentamos pôr no lugar de Deus, percebemos que estaríamos inclinados a considerar que a crença baseada na aposta de Pascal é hipócrita. Deus, se existir, pode impressionar-se bem mais com a honestidade daqueles que não conseguiram

apostar (acreditar) na ausência de provas do que com aqueles que acreditam porque pensam que é prudente fazê-lo.

Howard Kahane. *Thinking About Basic Beliefs* (Wadsworth, Belmont, 1983), pp. 3-7 e 10-12.

O grande experimento da prece

Por Richard Dawkins

Um estudo de caso divertido, apesar de bastante patético, sobre os milagres é o Grande Experimento da Prece: rezar por pacientes os ajuda a se recuperar? Preces costumam ser oferecidas a pessoas doentes, tanto no ambiente privado como em locais formais de adoração. Francis Galton, primo de Darwin, foi o primeiro a avaliar cientificamente se rezar pelas pessoas é eficaz. Ele lembrou que todo domingo, em igrejas de toda a Grã-Bretanha, congregações inteiras rezavam publicamente pela saúde da família real. A família não deveria então, portanto, ser bem mais saudável se comparada ao resto de nós, que só recebemos preces dos nossos entes mais próximos e queridos? Galton investigou e não encontrou nenhuma diferença estatística. Sua intenção, em todo o caso, pode ter sido fazer sátira, assim como quando rezou sobre lotes de terra aleatórios para ver se as plantas cresceriam mais rápido (não cresceram).

Mais recentemente, o físico Russell Stannard (um dos três cientistas religiosos mais conhecidos da Grã-Bretanha, como veremos) deu seu apoio a uma iniciativa, financiada — é claro — pela Fundação Templeton, para testar experimentalmente a proposição de que rezar por pacientes doentes contribui para sua saúde.

Experimentos como esse, se feitos de forma adequada, têm de ser duplos cegos, e esse padrão foi estritamente observado. Os pacientes foram divididos, de forma estritamente aleatória, em um grupo experimental (que recebeu preces) e um grupo

controle (que não recebeu preces). Nem os pacientes, nem os médicos ou enfermeiros, nem os autores do experimento podiam saber quais pacientes estavam recebendo orações e quais eram do grupo controle. Aqueles que faziam as preces experimentais tinham de saber o nome dos indivíduos por quem estavam rezando — do contrário, como saber se estavam rezando por eles, e não por outras pessoas? Mas tomou-se o cuidado de contar aos que faziam as preces apenas o primeiro nome da pessoa e a primeira letra do sobrenome. Aparentemente, isso seria suficiente para fazer com que Deus escolhesse o leito certo no hospital.

A simples ideia de realizar tais experimentos está aberta a uma boa dose de ridículo, e o projeto a recebeu, como o previsto. Que eu saiba, Bob Newhart não fez um esquete cômico sobre o assunto, mas já posso ouvir sua voz:

“O que foi que disse, Senhor? Que não pode me curar porque faço parte do grupo controle?... Ah, sei, as orações da minha tia não são suficientes. Mas, Senhor, o senhor Evans ali do quarto ao lado... O que foi, Senhor?... O senhor Evans recebeu mil preces por dia? Mas, Senhor, o senhor Evans nem conhece mil pessoas... Ah, elas se referiram a ele só como John E. Mas, Senhor, como o senhor sabia que elas não estavam querendo dizer John Ellsworthy?... Ah, sei, o Senhor usou sua onisciência para descobrir a qual John E. eles queriam se referir. Mas, Senhor...”

Ignorando com valentia todas as piadas, a equipe de pesquisadores foi em frente, gastando 2,4 milhões de dólares da Templeton sob a liderança do dr. Herbert Benson, cardiologista do Mind/Body Medical Institute, que fica perto de Boston. O dr. Benson havia sido citado antes, num material de divulgação da Templeton, como alguém que “acredita que estão se acumulando as evidências da eficácia das preces intercessórias no cenário médico”. O que garantia, portanto, que a pesquisa estava em boas mãos e que não seria sabotada por vibrações céticas. O dr. Benson e sua equipe monitoraram 1802 pacientes em seis hospitais; todos haviam sido submetidos a cirurgias de ponte de safena e/ou mamaria. Os pacientes foram divididos em três grupos. O grupo 1 recebeu preces, mas não sabia disso. O grupo 2 (o grupo controle) não recebeu preces e não sabia disso. O grupo 3 recebeu preces

e sabia que estava recebendo. A comparação entre os grupos 1 e 2 testa a eficácia das preces intercessórias. O grupo 3 testa os possíveis efeitos psicossomáticos de saber que se está sendo alvo de preces.

As preces foram feitas pelas congregações de três igrejas, uma em Minnesota, uma em Massachusetts e uma no Missouri, todas distantes dos três hospitais. Os autores das preces, como já foi explicado, receberam apenas o primeiro nome e a primeira letra do sobrenome de cada paciente por quem deveriam rezar. Faz parte da boa prática experimental padronizar as coisas ao máximo, e a todos eles foi dito, portanto, que incluíssem em suas orações a frase “por uma cirurgia bem-sucedida com uma recuperação rápida, saudável e sem complicações”.

Os resultados, publicados no American Heart Journal de abril de 2006, foram bem definidos. Não houve diferença entre os pacientes que foram alvo de preces e os que não foram. Que surpresa. Houve diferença entre aqueles que sabiam que estavam recebendo preces e aqueles que não sabiam se estavam ou não estavam; mas ela foi para a direção errada. Aqueles que sabiam ser beneficiários de preces sofreram um número significativamente maior de complicações do que aqueles que não sabiam. Estaria Deus contra atacando, para mostrar sua desaprovação pela estranha empreitada? Parece mais provável que os pacientes que sabiam que estavam sendo alvo de preces tenham sofrido um estresse adicional em consequência disso: “ansiedade de desempenho”, nas palavras dos autores da experiência. O dr. Charles Bethea, um dos pesquisadores, disse: “Isso pode tê-los deixado inseguros e se perguntando: Será que estou tão doente que eles tiveram de convocar a equipe de oração?” Na sociedade litigiosa de hoje, seria querer demais achar que aqueles pacientes que tiveram complicações cardíacas, em consequência do fato de saber que estavam recebendo preces experimentais, possam entrar na Justiça com uma ação coletiva contra a Fundação Templeton?

Não seria surpresa se esse estudo sofresse a oposição dos teólogos, talvez preocupados com sua capacidade de lançar a religião no ridículo. O teólogo Richard Swinburne, de Oxford, escrevendo depois do fracasso do estudo, fez objeções a ele

afirmando que Deus só atende a preces feitas com bons motivos. Rezar para uma pessoa, e não para outra, só por causa do que determinaram os dados do experimento duplo-cego não constitui um bom motivo. Deus perceberia.

Swinburne não foi o único teólogo a desmerecer o estudo depois de seu fracasso. O reverendo Raymond J. Lawrence recebeu um espaço generoso da página de artigos do The New York Times para explicar por que líderes religiosos responsáveis “vão respirar aliviados” porque não foi encontrada nenhuma prova de que as preces intercessórias surtem algum efeito. Teria ele adotado um tom diferente se o estudo de Benson tivesse sido bem sucedido e demonstrasse o poder da prece? Talvez não, mas você pode ter certeza de que muitos outros pastores e teólogos teriam. O artigo do reverendo Lawrence é memorável sobretudo pela seguinte revelação: “Recentemente, um colega me contou sobre uma mulher devotada e instruída que acusou um médico de má conduta no tratamento de seu marido. Nos dias em que o marido estava morrendo, ela denunciou, o médico não havia rezado por ele”.

Outros teólogos uniram-se aos célicos inspirados no MNI defendendo que estudar a prece dessa forma era um desperdício de dinheiro, porque as influências sobrenaturais estão por definição fora do alcance da ciência. Mas, como reconheceu corretamente a Fundação Templeton quando financiou o estudo, o suposto poder de intercessão da oração está, pelo menos em princípio, dentro do alcance da ciência. Um experimento duplo-cego pode ser feito e foi feito. Ele poderia ter produzido um resultado positivo. E, se tivesse, você consegue imaginar que um único apologista da religião o teria desmerecido, alegando que a pesquisa científica não tem valor em questões religiosas? É claro que não. Nem é preciso dizer que os resultados negativos do experimento não vão abalar os fiéis. Bob Barth, diretor espiritual do ministério de oração do Missouri que forneceu parte das preces experimentais, disse: “Uma pessoa de fé diria que esse estudo é interessante, mas rezamos há muito tempo e já vimos a prece funcionar, sabemos que ela funciona, e as pesquisas sobre a oração e a espiritualidade estão apenas começando”. É isso aí: sabemos a partir de nossa fé que a oração funciona, então,

se as evidências não conseguirem mostrar isso, vamos continuar trabalhando até que finalmente obtenhamos o resultado que queremos.

Richard Dawkins. Deus, um delírio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

O argumento das escrituras

Por Richard Dawkins

Ainda tem gente que é convencida a acreditar em Deus pelas evidências das Escrituras. Um argumento comum, atribuído, entre outros, a C. S. Lewis (que bem devia ter sabido), afirma que, como Jesus alegava ser o Filho de Deus, ou ele estava certo ou então era louco ou mentiroso: “Louco, Mau ou Deus”. Ou “Lunático, Mentiroso ou Senhor”. As evidências históricas de que Jesus tenha reclamado para si qualquer tipo de status divino são mínimas. Mas, mesmo que as evidências fossem sólidas, o trilema em questão seria de uma inadequação ridícula. Uma quarta possibilidade, quase óbvia demais para ser mencionada, é a de que Jesus estivesse honestamente enganado. Muita gente se engana. De qualquer modo, como já disse, não há boas evidências históricas de que ele tenha achado que era divino.

O fato de as coisas estarem por escrito é persuasivo para pessoas que não estão acostumadas a fazer perguntas como: “Quem escreveu, e quando?”; “Como eles sabiam o que escrever?”; “Será que eles, naquela época, realmente queriam dizer o que nós, em nossa época, entendemos que eles estão dizendo?”; “Eram eles observadores imparciais, ou tinham uma agenda que influenciava seus escritos?”. Desde o século XIX, teólogos acadêmicos vêm defendendo que os evangelhos não são relatos confiáveis sobre o que aconteceu na história do mundo real. Todos eles foram escritos muito tempo depois da morte de Jesus, e também das epístolas de Paulo, que não mencionam quase nenhum dos supostos fatos da vida de Jesus. Todos eles foram copiados e recopiados, ao longo de muitas “gerações de telefones

sem fio” , por escribas sujeitos a falhas e que, por sinal, tinham suas próprias agendas religiosas.

Um bom exemplo da cor acrescentada pelas agendas religiosas é a tocante lenda do nascimento de Jesus, em Belém, seguida do massacre dos inocentes por Herodes. Quando os evangelhos foram escritos, muitos anos depois da morte de Jesus, ninguém sabia onde ele tinha nascido. Mas uma profecia do Antigo Testamento (Miquéias 5, 2) tinha levado os judeus à expectativa de que o esperado Messias nasceria em Belém. À luz dessa profecia, o Evangelho de João afirma textualmente que seus seguidores ficaram surpresos com o fato de ele não ter nascido em Belém: “Outros diziam: Ele é o Cristo; outros, porém, perguntavam: Porventura, o Cristo virá da Galiléia? Não diz a Escritura que o Cristo vem da descendência de Davi e da aldeia de Belém, donde era Davi?”.

Mateus e Lucas lidaram com o problema de outra forma, concluindo que Jesus devia ter nascido em Belém, no fim das contas. Mas eles chegaram a essa conclusão por caminhos diferentes. Mateus coloca Maria e José em Belém desde sempre, tendo mudado para Nazaré só muito tempo depois do nascimento de Jesus, na volta do Egito, para onde tinham fugido do rei Herodes e do massacre dos inocentes. Lucas, por outro lado, admite que Maria e José moravam em Nazaré antes de Jesus nascer. Como então levá-los a Belém no momento crucial, para cumprir a profecia? Lucas diz que, na época em que Quirino era governador da Síria, César Augusto ordenou a realização de um censo, com fins tributários, e todo mundo tinha que ir “para a sua cidade”. José era “da casa e da linhagem de Davi” e portanto tinha de ir para a “cidade de Davi, que é chamada de Belém”. Deve ter parecido uma boa solução. Tirando o fato de que, do ponto de vista histórico, ela é completamente absurda, como apontaram A. N. Wilson, em *Jesus: O maior homem do mundo*, e Robin Lane Fox, em *Bíblia: Verdade e ficção* (entre outros). Davi, se existiu, viveu quase mil anos antes de Maria e José. Por que diabos os romanos teriam exigido que José voltasse para a cidade onde um ancestral remoto havia vivido um milênio antes? É como se eu fosse obrigado a especificar, digamos, Ashby-de-la-Zouch como minha cidade no formulário do censo, se por acaso eu

conseguisse rastrear minha ascendência até o Seigneur de Dakeyne, que chegou junto com Guilherme, o Conquistador, e ali se estabeleceu.

Além do mais, Lucas confunde as datas mencionando impensadamente eventos que os historiadores são capazes de verificar com independência. Houve mesmo um censo sob o domínio do governador Quirino — um censo localizado, não um que tivesse sido decretado por César Augusto para o Império inteiro —, mas ele aconteceu tarde demais: em 6 d. C., bem depois da morte de Herodes. Lane Fox conclui que “a história de Lucas é historicamente impossível e internamente incoerente”, mas solidariza-se com o empenho e o desejo de Lucas de fazer cumprir a profecia de Miquéias.

Na edição de dezembro de 2004 da *Free Inquiry*, Tom Flynn, o editor dessa excelente revista, reuniu uma coleção de artigos documentando as contradições e os buracos da adorada história do Natal. O próprio Flynn lista as muitas contradições entre Mateus e Lucas, os dois únicos evangelistas que chegam a falar do nascimento de Jesus. Robert Gillooly mostra como todas as características mais essenciais da lenda de Jesus, incluindo a estrela de Belém, a virgindade da mãe, a veneração do bebê por reis, os milagres, a execução, a ressurreição e a ascensão são empréstimos — cada uma delas — de outras religiões que já existiam na região do Mediterrâneo e do Oriente próximo. Flynn sugere que o desejo de Mateus de fazer cumprir as profecias messiânicas (descendência de Davi, nascimento em Belém), pelo bem dos leitores judaicos, entrou em rota de colisão com o desejo de Lucas de adaptar o cristianismo aos gentios, e portanto de utilizar pontos conhecidos e populares das regiões pagãs helênicas (virgindade da mãe, adoração por reis etc.). As contradições resultantes são evidentes, mas sempre minimizadas pelos fiéis. Cristãos sofisticados não precisam de Ira Gershwin para convencê-los de que “As coisas que você/ Pode ler na Bíblia/ Não são necessariamente assim”. Mas há muitos cristãos pouco sofisticados por aí que acham, sim, que elas são necessariamente assim — que levam a Bíblia bem a sério, como um registro literal e preciso da história, e portanto como evidência que sustenta suas crenças religiosas. Será que essas pessoas chegam a abrir o livro que acreditam ser a verdade literal?

Por que não percebem essas contradições tão evidentes? Um literalista não devia se preocupar com o fato de Mateus rastrear a descendência de José do rei Davi por 28 gerações intermediárias, enquanto Lucas fala em 41 gerações? O pior é que quase não há coincidências nos nomes das duas listas! De qualquer jeito, se Jesus nasceu mesmo de uma virgem, os ancestrais de José são irrelevantes e não podem ser usados para fazer cumprir, a favor de Jesus, a profecia do Antigo Testamento de que o Messias deveria ser descendente de Davi.

O acadêmico bíblico americano Bart Ehrman, num livro cujo subtítulo é *Quem mudou a Bíblia e por quê*, revela as imensas incertezas que obscurecem os textos do Novo Testamento.

Na introdução do livro, o professor Ehrman traça de forma emocionante sua jornada educacional pessoal de crente fundamentalista na Bíblia a cético ponderado, uma jornada impulsionada pela esclarecedora constatação da enorme falibilidade das Escrituras. De modo significativo, conforme ele foi subindo na hierarquia das universidades americanas, desde o fundo do poço, no “Instituto Bíblico Moody”, passando pelo Wheaton College (um pouco mais elevado na escala, mas ainda a alma mater de Bil y Granam) e o Seminário Teológico em Princeton, a cada passo que dava ia sendo advertido de que teria problemas para manter seu cristianismo fundamentalista diante do perigoso progressismo. Isso se comprovou; e nós, seus leitores, somos os maiores beneficiados. Outros livros de uma iconoclastia revigorante são *Bíblia: Verdade e ficção*, já mencionado, de Robin Lane Fox, e *The secular Bible: Why nonbelievers must take religion seriously*, de Jacques Berlinerblau. Os quatro evangelhos que chegaram ao cânone oficial foram escolhidos, mais ou menos de forma arbitrária, dentre uma amostra maior de pelo menos uma dúzia, incluindo os evangelhos de Tomás, Pedro, Nicodemo, Felipe, Bartolomeu e Maria Madalena. Era a esses outros evangelhos que Thomas Jefferson se referia na carta ao sobrinho:

Os evangelhos que não entraram no cânone foram omitidos por aqueles eclesiásticos provavelmente porque incluíam histórias que eram ainda mais

embaraçosamente implausíveis que aquelas dos quatro canônicos. O infantil Evangelho de Tomás, por exemplo, contém várias passagens sobre o menino Jesus abusando de seus poderes mágicos como uma fada travessa, transformando descaradamente seus coleguinhas em bodes, ou transformando a lama em pardais, ou dando uma mão ao pai na carpintaria, estendendo milagrosamente uma peça de madeira. Alguém dirá que ninguém acredita mesmo em histórias de milagres brutos como as do Evangelho de Tomás. Mas não há nem mais nem menos motivos para acreditar nos quatro evangelhos canônicos. Todos têm o status de lenda, tão duvidosos em termos factuais quanto as histórias do rei Artur e seus Cavaleiros da Távola Redonda.

A maior parte do que há em comum nos quatro evangelhos canônicos vem da mesma fonte, seja o Evangelho de Marcos ou uma obra perdida da qual Marcos é o primeiro descendente remanescente. Ninguém sabe quem foram os quatro evangelistas, mas eles quase certamente jamais conheceram Jesus pessoalmente. Boa parte do que escreveram não representava de maneira nenhuma uma tentativa honesta de registrar a história, mas uma simples reciclagem do Antigo Testamento, porque os autores dos evangelhos estavam devotadamente convencidos de que a vida de Jesus tinha de cumprir as profecias do Antigo Testamento. É até possível montar uma argumentação histórica séria, embora ela não conte com apoio total, para defender que Jesus nem chegou a existir, como já fez, entre outras pessoas, o professor G. A. Wells, da Universidade de Londres, em vários livros, como *Did Jesus exist?*

Embora Jesus provavelmente tenha existido, acadêmicos bíblicos respeitados em geral não acreditam que o Novo Testamento (e, obviamente, tampouco o Antigo Testamento) seja um registro confiável do que realmente aconteceu na história, e já não consideram mais a Bíblia evidência da existência de qualquer tipo de divindade. Nas palavras sagazes de Thomas Jefferson, que escrevia para seu antecessor, John Adams, “Chegará o dia em que a geração mística de Jesus, pelo Ser Supremo

como pai, no ventre de uma virgem, será categorizada junto com a fábula da geração de Minerva no cérebro de Júpiter”.

O romance O código Da Vinci, de Dan Brown, e o filme feito a partir dele estão suscitando enormes controvérsias em círculos da Igreja. Os cristãos são incentivados a boicotar o filme e fazer piquetes nas salas que o exibem. É realmente uma fabricação do começo ao fim: ficção inventada, faz-de-conta. Nesse aspecto, é exatamente como os evangelhos. A única diferença entre O código Da Vinci e os evangelhos é que os evangelhos são ficção antiga, enquanto O código Da Vinci é ficção moderna.

Richard Dawkins. Deus, um delírio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

O argumento da “experiência” pessoal

Por Richard Dawkins

Um dos meus colegas de faculdade mais maduros e mais inteligentes, que era profundamente religioso, foi acampar nas ilhas escocesas. No meio da noite ele e a namorada foram despertados em sua barraca pela voz do diabo — Satã em pessoa; não havia dúvida possível: a voz era diabólica em todos os sentidos. Meu amigo jamais esqueceria aquela experiência terrível, e ela foi um dos fatores que mais tarde o levaram a ser ordenado. Jovem, fiquei impressionado com sua história, e a contei numa reunião de zoólogos que descansavam no Rose and Crown Inn, em Oxford. Dois deles, por acaso, eram ornitólogos experientes, e caíram na gargalhada. “Pardela-sombria!”, gritaram em coro, rindo. Um deles acrescentou que os gritos e cacarejos da espécie garantiram a ela, em várias partes do mundo e em várias línguas, o apelido local de “pássaro do diabo”. Muita gente acredita em Deus porque acredita ter tido uma visão dele — ou de um anjo ou de uma virgem de azul — com seus próprios olhos. Ou que ele fala com eles dentro de sua cabeça. Esse

argumento da experiência pessoal é o mais convincente para aqueles que afirmam ter passado por uma. Mas é o menos convincente para todo o resto, e para qualquer pessoa que conheça psicologia.

Você diz que sentiu Deus diretamente? Bem, tem gente que sentiu um elefante cor-de-rosa, mas isso provavelmente não vai impressioná-lo. Peter Sutcliffe, o Estripador de Yorkshire, ouvia distintamente a voz de Jesus dizendo-lhe para matar mulheres, e foi condenado à prisão perpétua. George W. Bush afirma que Deus disse a ele que invadisse o Iraque (é uma pena que Deus não tenha-lhe concedido a revelação de que não havia armas de destruição em massa). Pacientes de sanatórios acham que são Napoleão ou Charlie Chaplin, ou que o mundo inteiro conspira contra eles, ou que podem transmitir seus pensamentos para a cabeça de outras pessoas. Divertimo-nos com elas, mas não levamos a sério suas crenças internamente reveladas, principalmente porque pouca gente tem as mesmas crenças. As experiências religiosas só são diferentes no fato de que as pessoas que alegam tê-las tido são muito numerosas. Sam Harris não estava sendo cínico em excesso quando escreveu, em *The end of faith* [Fim da fé]:

Temos nomes para as pessoas que têm muitas crenças para as quais não há justificativa racional. Quando suas crenças são extremamente comuns, nós as chamamos de “religiosas”; nos outros casos, elas provavelmente serão chamadas de “loucas”, “psicóticas” ou “delirantes” [...] Claramente, a sanidade está nos números. E, mesmo assim, é apenas um acidente da história o fato de ser considerado normal em nossa sociedade acreditar que o Criador do universo é capaz de ouvir nossos pensamentos, enquanto é uma demonstração de doença mental acreditar que ele está se comunicando com você fazendo a chuva bater em código Morse na janela de seu quarto. Assim, se as pessoas religiosas não são generalizadamente loucas, suas principais crenças absolutamente o são.

O cérebro humano executa um avançadíssimo software de simulação. Nossos olhos não apresentam ao cérebro uma fotografia fiel do que há por aí, ou um filme preciso do que está acontecendo ao longo do tempo. Nosso cérebro constrói um modelo

que é constantemente atualizado: atualizado por pulsos codificados que circulam pelo nervo óptico, mas de toda forma construído. As ilusões de óptica são um forte lembrete desse fato. Uma importante classe de ilusões, das quais o Cubo de Necker é um exemplo, ocorre porque os dados sensoriais recebidos pelo cérebro são compatíveis com dois modelos alternativos de realidade. A figura para a qual olhamos parece, quase literalmente, virar uma outra coisa.

O programa de simulação do cérebro é especialmente habilitado para construir rostos e vozes. Tenho no peitoril da janela uma máscara de plástico de Einstein. Quando vista de frente, ela parece um rosto sólido, o que não é de surpreender. O surpreendente é que, quando vista de trás — do lado oco —, ela também parece um rosto sólido, e a percepção que temos dela é mesmo muito estranha. Conforme o observador se move em torno dele, o rosto parece segui-lo — e não no sentido frágil e pouco convincente daquela história de que os olhos da Mona Lisa seguem o observador. A máscara oca parece mesmo, mesmo, estar se mexendo. Quem nunca viu a ilusão perde o fôlego, impressionado. O mais estranho é que, se a máscara for colocada sobre uma mesa giratória que rode devagar, ela parece virar na direção correta quando se olha para o lado sólido, mas na direção oposta quando o lado oco aparece. O resultado é que, quando se olha para a transição de um lado para o outro, o lado que está chegando parece “comer” o lado que está indo embora. É uma ilusão incrível, vale a pena se meter em encrencas só para vê-la. Às vezes dá para chegar surpreendentemente perto do rosto oco sem ver que ele é “mesmo” oco. Quando você consegue enxergar, novamente há uma virada rápida, que pode ser reversível.

Por que isso acontece? Não há truque na construção da máscara. Qualquer máscara oca fará a mesma coisa. O truque está todo no cérebro do observador. O programa de simulação interno recebe dados que indicam a presença de um rosto, talvez nada mais que um par de olhos, um nariz e uma boca nos lugares mais ou menos certos. Depois de receber essas indicações básicas, o cérebro faz o resto. O programa de simulação de rostos entra em ação e constrói um modelo plenamente sólido de rosto, apesar de a realidade apresentada aos olhos ser uma máscara oca.

A ilusão da rotação para a direção errada acontece porque (é bem difícil, mas se você pensar bastante sobre isso vai confirmá-lo) a rotação reversa é o único modo de interpretar os dados ópticos quando uma máscara oca está rodando, se ela é percebida como uma máscara sólida. É como a ilusão de uma imagem rotativa de radar, daquelas que às vezes se vêem em aeroportos. Até que o cérebro mude para o modelo correto de radar, um modelo incorreto é enxergado rodando na direção errada, mas de um jeito estranhamente torto.

Digo tudo isso só para demonstrar o poder formidável do programa de simulação do cérebro. Ele é bem capaz de construir “visões” e “visitas” com enorme poder de veracidade. Simular um fantasma ou um anjo ou a Virgem Maria seria brincadeira de criança para um software tão sofisticado. E a mesma coisa acontece com a audição. Quando ouvimos um som, ele não é fielmente transportado pelo nervo auditivo e entregue ao cérebro como se por um Bang & Olufsen de alta fidelidade. Assim como na visão, o cérebro constrói um modelo de som, baseado nos dados continuamente atualizados do nervo auditivo. É por isso que ouvimos o trompete como uma única nota, e não como a composição da harmonia de tons puros que lhe dá seu som metalizado. Um clarinete que toque a mesma nota soa “amadeirado”, e um oboé soa mais “caniçado”, por causa dos equilíbrios diferentes na harmonia. Se você manipular com cuidado um sintetizador de som para mostrar as harmonias independentes uma a uma, o cérebro as ouvirá como uma combinação de tons puros por um breve período, até que seu programa de simulação “capte” a coisa, e a partir de então ouve-se apenas uma única nota de puro trompete, ou oboé, ou o que quer que seja. As vogais e as consoantes do discurso são construídas no cérebro da mesma maneira, assim como, num nível superior, os fonemas e as palavras. Uma vez, quando era criança, ouvi um fantasma: uma voz masculina murmurando, como se recitando ou rezando. Quase conseguia distinguir as palavras, mas não chegava a isso, e elas pareciam ter um timbre sério e solene. Tinham me contado histórias sobre os esconderijos de padres nas casas antigas, e eu estava um pouco assustado. Conforme me aproximei, o som ficou mais alto, e então, de repente, ele “virou” dentro da minha cabeça. Eu já estava perto o suficiente para discernir do que realmente se tratava. O vento, soprando pelo buraco

da fechadura, estava criando sons que o programa de simulação do meu cérebro havia usado para construir um modelo de discurso masculino, de tom solene. Se eu fosse uma criança mais impressionável, é possível que tivesse “ouvido” não apenas um discurso ininteligível, mas palavras específicas e até frases. E, se eu fosse ao mesmo tempo impressionável e de formação religiosa, imagino que palavras o vento poderia ter dito.

Em outra ocasião, quando eu tinha mais ou menos a mesma idade, vi um rosto gigantesco e redondo me encarando, com uma malevolência indescritível, em uma janela de uma casa como qualquer outra de uma cidadezinha litorânea. Trémulo, aproximei-me até estar perto o suficiente para ver o que o rosto era de verdade: apenas um padrão que lembrava vagamente um rosto, criado pela posição das cortinas. O rosto em si, e seu ar malévol, tinha sido construído em meu cérebro apavorado. No dia 11 de setembro de 2001, pessoas crédulas acreditaram ter visto o rosto de Satã na fumaça que saía das torres gêmeas: uma superstição alimentada por uma fotografia que foi publicada na internet, com grande circulação.

O cérebro humano é muito bom em construir modelos. Quando estamos dormindo, isso se chama sonhar; quando estamos acordados, chamamos de imaginação, ou, quando é real demais, de alucinação. Como mostrará o capítulo 10, crianças que têm “amigos imaginários” muitas vezes os vêem claramente, exatamente como se eles fossem reais. Se somos crédulos, não reconhecemos a alucinação ou o sonhar acordado e alegamos ter visto ou ouvido um fantasma; ou um anjo; ou Deus; ou — especialmente se formos jovens, mulheres e católicas — a Virgem Maria. Visões e manifestações como essas de certo não compõem bases sólidas para acreditar que fantasmas ou anjos, deuses ou virgens realmente estão ali.

Pelo jeito, as visões em massa, como os registros de que 70 mil peregrinos em Fátima, Portugal, em 1917 viram o sol “desprender-se dos céus e despencar sobre a multidão”, são bem mais difíceis de minimizar. Não é fácil explicar como 70 mil pessoas podem ter a mesma alucinação. Mas é ainda mais difícil aceitar que aquilo tenha realmente acontecido sem que o resto do mundo, fora de Fátima, tenha visto

— e não só tenha visto, mas não tenha achado que se tratava da destruição catastrófica do sistema solar, incluindo forças de aceleração suficientes para lançar todo mundo no espaço.

É impossível não lembrar o eficaz teste de David Hume para um milagre: “Nenhum depoimento é suficiente para estabelecer um milagre, a menos que o depoimento seja de tal natureza que sua falsidade seria mais milagrosa que o fato que ele pretende estabelecer”.

Pode parecer improvável que 70 mil pessoas possam ter o mesmo delírio simultaneamente, ou que tenham conspirado simultaneamente para uma mentira em massa. Ou que a história esteja errada por registrar que 70 mil pessoas alegaram ter visto o sol dançar. Ou que todas elas tenham visto simultaneamente uma miragem (elas haviam sido convencidas a olhar para o sol, coisa que não pode ter feito muito bem para sua visão). Mas qualquer uma dessas aparentes improbabilidades é bem mais provável que a alternativa: a de que a Terra de repente tenha sido tirada de sua órbita, e o sistema solar destruído, sem que ninguém fora de Fátima tenha percebido. Afinal, Portugal não é tão isolado assim.

Isso é tudo que precisa ser dito sobre as “experiências” pessoais de deuses e outros fenômenos religiosos. Se você teve uma experiência dessas, pode ser que acredite firmemente que ela foi real. Mas não espere que o resto de nós acredite, especialmente se tivermos uma familiaridade mínima com o cérebro e seus feitos incríveis.

Richard Dawkins. Deus, um delírio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Mesmo que a teoria da evolução não estivesse correta, isso não prova que Deus existe

Por Richard Dawkins

Procurar exemplos específicos de complexidade irreduzível é um procedimento fundamentalmente acientífico: um caso especial de argumentação a partir da ignorância atual. É um apelo à mesma lógica defeituosa da estratégia do “Deus das Lacunas”, condenada pelo teólogo Dietrich Bonhoeffer. Os criacionistas procuram avidamente uma lacuna no conhecimento ou na compreensão atuais. Se uma aparente lacuna é encontrada, assume-se que Deus, por padrão, deve preenchê-la. O que preocupa teólogos conscientes como Bonhoeffer é que as lacunas diminuem conforme a ciência avança, e Deus fica ameaçado de acabar sem nada para fazer, e sem ter onde se esconder. O que preocupa os cientistas é outra coisa. É uma parte essencial do empreendimento científico admitir a ignorância, até mesmo exultar na ignorância, já que ela é um desafio para conquistas futuras. Como escreveu meu amigo Matt Ridley, “a maioria dos cientistas fica entediada com o que já descobriu. É a ignorância que os impele”. Os místicos exultam com o mistério e querem que ele continue misterioso. Os cientistas exultam com o mistério por um motivo diferente: ele lhes dá o que fazer. Em termos mais gerais, um dos efeitos verdadeiramente negativos da religião é que ela nos ensina que é uma virtude satisfazer-se com o não-entendimento.

Admissões de ignorância e a mistificação temporária são vitais para a boa ciência. É portanto infeliz, para dizer o mínimo, o fato de a principal estratégia dos propagandistas da criação ser a tática negativa de procurar lacunas no conhecimento científico e querer preenchê-las automaticamente com o “design inteligente”. O exemplo a seguir é hipotético, mas totalmente típico. Um criacionista diz: “A articulação do cotovelo do sapo-doninha malhado é irreduzivelmente complexa. Nenhuma parte dele servia para nada enquanto o conjunto não estivesse montado. Aposto que você não consegue pensar num modo de o cotovelo do sapo-doninha ter evoluído por gradações lentas”. Se o cientista não der uma resposta imediata e compreensível, o criacionista tira a conclusão padrão: “Então, a teoria alternativa, o ‘design inteligente’, ganha por eliminação”. Repare na lógica tendenciosa: se a teoria A falha em algum particular, a teoria B tem de estar certa.

Não é preciso nem dizer que o argumento não funciona no sentido inverso. Somos estimulados a pular para a teoria-padrão sem nem mesmo prestar atenção para ver se ela não falha exatamente no mesmo ponto que a teoria que ela substitui. O design inteligente ganha um passe livre incondicional, uma imunidade encantada às exigências rigorosas feitas à evolução. Mas o ponto que defendo agora é que a trama criacionista questiona o regozijo natural do cientista — necessário mesmo — com a incerteza (temporária). Por motivos puramente políticos, o cientista de hoje em dia pode hesitar antes de dizer: “Hum, interessante essa tese. Fico imaginando como aconteceu realmente a evolução da articulação do cotovelo nos ancestrais do sapo-doninha. Não sou especialista em sapos-doninha, terei de ir até a biblioteca da universidade para dar uma olhada. Talvez dê um projeto interessante para um aluno de pós-graduação”. No minuto em que um cientista disser alguma coisa parecida com isso — e muito antes que o aluno comece a trabalhar no projeto —, a conclusão-padrão virará manchete de um panfleto criacionista: “Sapo-doninha só pode ter sido projetado por Deus”. Existe, portanto, uma ligação infeliz entre a necessidade metodológica da ciência de buscar áreas de ignorância para definir seus alvos de pesquisas e a necessidade do design inteligente de buscar áreas de ignorância para reivindicar a vitória por eliminação. É exatamente o fato de o design inteligente não dispor de provas de si mesmo, mas florescer nas lacunas deixadas pelo conhecimento científico, que cria o desconforto na necessidade da ciência de identificar e declarar as mesmíssimas lacunas como prelúdio para pesquisá-las. Nesse aspecto, a ciência alia-se a teólogos sofisticados como Bonhoeffer, unidos contra os inimigos da teologia ingênua e populista e da teologia das lacunas, do design inteligente.

O caso de amor dos criacionistas com as “lacunas” dos registros fósseis simboliza toda a teologia das lacunas. Uma vez abri um capítulo sobre a chamada explosão cambriana com a frase: “É como se os fósseis tivessem sido plantados lá sem nenhum histórico evolutivo”. Mais uma vez, tratava-se de uma abertura retórica, com a intenção de estimular o apetite do leitor para a explicação completa que vinha em seguida. Retrospectivamente, constato com tristeza como era previsível que minha explicação paciente seria removida e minha abertura seria alegremente citada fora

de contexto. Os criacionistas adoram as “lacunas” dos registros fósseis, do mesmo modo como adoram lacunas em geral.

Muitas transições evolutivas estão elegantemente documentadas por séries mais ou menos contínuas de fósseis intermediários com alterações gradativas. Algumas não estão, e são essas as famosas “lacunas”. Michael Shermer apontou com perspicácia que, se uma nova descoberta de fóssil aparece para ocupar o meio de uma “lacuna”, os criacionistas declaram que agora há o dobro de lacunas! De qualquer maneira, perceba de novo o uso do automatismo. Se não há fósseis para documentar uma transição evolutiva postulada, a conclusão automática é que não há transição evolutiva, portanto Deus tem de ter intervindo.

É totalmente ilógico exigir documentação completa de cada passo de qualquer narrativa, seja na evolução, seja em qualquer outra ciência. É como exigir, antes de condenar alguém por assassinato, um registro cinematográfico completo de cada passo do assassino até o crime, sem nenhum quadro faltando. Só uma fração minúscula dos corpos fossiliza-se, e temos sorte de ter tantos fósseis intermediários. Seria bastante provável não termos fóssil nenhum, e ainda assim as evidências da evolução provenientes de outras fontes, como a genética molecular e a distribuição geográfica, seriam incrivelmente contundentes. Por outro lado, a evolução professa que, se um único fóssil aparecesse no estrato geológico errado, a teoria cairia por terra. Quando desafiado por um popperiano zeloso a dizer como a evolução poderia ser desmentida, J. B. S. Haldane retrucou: “Fósseis de coelho no Pré-cambriano”. Nenhum fóssil anacrônico como esse jamais foi encontrado, apesar das lendas desacreditadas de criacionistas sobre crânios humanos do Carbonífero e pegadas humanas entremeadas com as de dinossauros.

As lacunas, pelo padrão da cabeça dos criacionistas, são preenchidas por Deus. A mesma coisa se aplica a todos os precipícios aparentes do maciço do monte Improvável, onde a subida gradual não está imediatamente óbvia ou então é ignorada. As áreas onde há escassez de dados, ou de entendimento, são automaticamente atribuídas a Deus. O recurso apressado à declaração dramática

da “complexidade irreduzível” demonstra um fracasso imaginativo. Algum órgão biológico, quando não um olho, o flagelo bacteriano ou uma via bioquímica, é decretado, sem mais, irreduzivelmente complexo. Nenhuma tentativa se faz para demonstrar a complexidade irreduzível. Apesar das explicações sobre o olho, a asa e muitas outras coisas, cada novo candidato ao duvidoso título é considerado de uma complexidade irreduzível transparente e óbvia, e seu status é declarado por decreto. Mas pense nisso. Como a complexidade irreduzível está sendo usada como argumento para o design, ela não devia ser afirmada por decreto, como é o próprio design. É como simplesmente afirmar que o sapo-doninha (besouro-bombardeiro etc.) demonstra o design, sem nenhum outro argumento ou justificativa. Não é assim que se faz ciência. A lógica revela-se tão convincente quanto a seguinte afirmação: “Eu [insira o nome] não consigo, pessoalmente, pensar em nenhuma maneira pela qual [insira o fenômeno biológico] possa ter sido construído passo a passo. Portanto ele é irreduzivelmente complexo. Isso significa que ele foi projetado”. Basta dizer isso para ver que o argumento é vulnerável à possibilidade de algum cientista aparecer e encontrar um intermediário; ou pelo menos imaginar um intermediário plausível. Mesmo que nenhum cientista dê uma explicação, é simplesmente uma lógica de má qualidade assumir que o “design” se sairia melhor. O raciocínio que sustenta a teoria do “design inteligente” é preguiçoso e derrotista — o clássico raciocínio do “Deus das Lacunas”. Já o apelidei, no passado, de Argumento da Incredulidade Pessoal. Imagine que você esteja assistindo a um truque de mágica excelente. O celebrado duo de ilusionistas Penn e Teller tem um número em que eles parecem atirar um no outro, com pistolas, simultaneamente, e cada um deles parece ter pegado a bala com os dentes. São tomadas precauções elaboradas para fazer marcas de identificação nas balas antes de elas serem colocadas nas armas, o procedimento inteiro é testemunhado de perto pelo público, experiente em armas de fogo, e aparentemente todas as possibilidades de truque são eliminadas. A bala marcada de Teller acaba aparecendo na boca de Penn, e a bala marcada de Penn acaba aparecendo na de Teller. Eu [Richard Dawkins] não consigo absolutamente pensar em nenhuma maneira pela qual isso possa ser um truque. O Argumento da Incredulidade Pessoal berra das profundezas dos meus centros cerebrais pré-científicos e quase me compele a dizer: “Tem de ser um

milagre. Não há explicação científica. Tem de ser sobrenatural”. Mas a vizinha da educação científica diz outra coisa. Penn e Teller são ilusionistas famosos no mundo todo. Há uma explicação totalmente cabível. Mas sou ingênuo demais, ou pouco observador e pouco criativo demais para pensar nela. Essa é a resposta normal para um truque. Também é a resposta certa para um fenômeno biológico que pareça ser irredutivelmente complexo. As pessoas que partem da estupefação pessoal com um fenômeno natural direto para a invocação apressada do sobrenatural não são melhores que os tolos que vêem um ilusionista dobrando uma colher e assumem que se trata de um “paranormal”.

[...]

Ainda há muito trabalho a fazer, é claro, e tenho certeza de que ele será feito. Esse trabalho jamais seria feito se os cientistas ficassem satisfeitos com um padrão preguiçoso como o estimulado pela “teoria do design inteligente”. Esta é a mensagem que um “teórico” imaginário do design inteligente poderia transmitir aos cientistas: “Se vocês não entendem como uma coisa funciona, não tem problema: simplesmente desistam e digam que Deus a criou. Vocês não sabem como o impulso nervoso funciona? Tudo bem! Não entendem como as lembranças são depositadas no cérebro? Excelente! A fotossíntese é um processo desconcertantemente complexo? Maravilha! Por favor não saiam trabalhando em cima do problema, apenas desistam e apelem a Deus. Caro cientista, não estude seus mistérios. Traga seus mistérios a nós, pois podemos usá-los. Não desperdice a ignorância preciosa pesquisando por aí. Precisamos dessas gloriosas lacunas para o último refúgio de Deus”. Santo Agostinho disse de forma bem clara: “Existe outra forma de tentação, ainda mais cheia de perigo. É a doença da curiosidade. É ela que nos leva a tentar descobrir os segredos da natureza, segredos que estão além de nossa compreensão, que nada nos podem dar e que nenhum homem deveria querer descobrir”.

Outro dos exemplos favoritos de Behe de suposta “complexidade irreduzível” é o sistema imunológico. Que o próprio juiz Jones assuma a palavra:

De fato, ao ser interrogado pelo outro lado, o professor Behe foi questionado sobre sua alegação, feita em 1996, de que a ciência jamais encontraria uma explicação evolutiva para o sistema imune. Ele foi colocado diante de 58 publicações avaliadas por pares acadêmicos, nove livros e vários capítulos sobre imunologia de livros didáticos a respeito da evolução do sistema imunológico; no entanto ele simplesmente insistiu que isso ainda não era evidência suficiente da evolução, e que não era “bom o bastante”.

Behe, ao ser interrogado por Eric Rothschild, advogado-chefe dos querelantes, foi obrigado a admitir que não tinha lido a maioria daqueles 58 trabalhos acadêmicos. O que não surpreende, já que a imunologia é difícil. Menos perdoável é o fato de Behe ter desqualificado essas pesquisas, chamando-as de “estéreis”. Elas certamente são estéreis se seu objetivo é fazer propaganda para leigos ingênuos e políticos, em vez de descobrir verdades importantes sobre o mundo real. Depois de ouvir Behe, Rothschild resumiu de modo eloquente aquilo que qualquer pessoa honesta deve ter sentido naquele tribunal:

Por sorte existem cientistas que pesquisam em busca de respostas para a pergunta sobre a origem do sistema imunológico [...] Ele é nossa defesa contra doenças debilitantes e fatais. Os cientistas que escreveram esses livros e artigos trabalham no escuro, sem direitos autorais nem palestras remuneradas. Seu empenho nos ajuda a combater e curar condições médicas graves. O professor Behe e todo o movimento do design inteligente, pelo contrário, não estão fazendo nada para obter avanços no conhecimento científico ou médico, e estão dizendo às gerações futuras de cientistas: não liguem para isso.⁶⁴

Como disse o geneticista americano Jerry Coyne na resenha do livro de Behe, “se a história da ciência nos mostra alguma coisa, é que não chegamos a lugar nenhum ao chamar nossa ignorância de ‘Deus’”. Ou, nas palavras de um blogger eloquente,

que comentava um artigo sobre design inteligente escrito por Coyne e por mim e publicado no The Guardian, Por que Deus é considerado explicação para tudo? Ele não é — é a não-explicação, o dar de ombros, um “sei lá” enfeitado de espiritualidade e rituais. Se alguém atribui alguma coisa a Deus, geralmente isso quer dizer que ele não faz a menor ideia, por isso está atribuindo a coisa a uma fada celeste inalcançável e incognoscível. Peça uma explicação sobre de onde veio aquele cara, e são grandes as chances de você receber uma resposta vaga e pseudo filosóficas dizendo que ele sempre existiu, ou que não pertence à natureza. O que, é claro, não explica nada. O darwinismo nos conscientiza de outras maneiras. Órgãos evoluídos, quase sempre tão elegantes e eficientes, também demonstram falhas reveladoras — exatamente como seria de esperar se eles tivessem um histórico evolutivo, e exatamente como não seria de esperar se eles tivessem sido projetados. Já discuti exemplos em outros livros: o recorrente nervo laríngeo, que denuncia seu histórico evolutivo com um enorme e inútil desvio até seu destino. Muitos de nossos males humanos, da dor lombar às hérnias, de prolapsos de útero à nossa suscetibilidade a infecções respiratórias, resultam diretamente do fato de que hoje caminhamos eretos, com um corpo que foi moldado ao longo de centenas de milhões de anos para caminhar sobre quatro patas. Também somos conscientizados pela crueldade e pelo desperdício da seleção natural. Os predadores parecem ter sido lindamente “projetados” para capturar suas presas, enquanto as presas parecem tão lindamente “projetadas” quanto para escapar deles. De que lado Deus está?

Richard Dawkins. Deus, um delírio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

